

A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PENais NA 5^a REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

EDUARDA ROSS DA CRUZ¹; FLAVIA GIRIBONE ACOSTA DUARTE²; LARA BOTELHO CROCHI³; MARINA NOGUEIRA MADRUGA⁴;

LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES⁵:

¹ Universidade Católica de Pelotas – eduarda.cruz@sou.ucpel.edu.br

² Universidade Católica de Pelotas – flavia.duarte@sou.ucpel.edu.br

³ Universidade Católica de Pelotas – contato.laracrochi@gmail.com

⁴ Universidade Católica de Pelotas – marina.nogueira@ucpel.edu.br

⁵ Universidade Católica de Pelotas – luiz.chies@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A questão penitenciária reflete os paradoxos entre o discurso de um castigo penal civilizado, baseado na privação de liberdade, e a realidade das prisões. As manifestações mais evidentes deste problema incluem superlotação e violação de direitos fundamentais, degradação das estruturas físicas, falta de recursos humanos e materiais, desvalorização e adoecimento dos servidores. Esses desafios são particularmente observados na 5^a Região Penitenciária, que abrange seis unidades prisionais, localizadas nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, e um Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico.

Este trabalho tem como objetivo relatar a atuação das extensionistas do Projeto de Extensão “Qualificação das Políticas Penais na 5^a Região Penitenciária do Rio Grande do Sul”, vinculado à Universidade Católica de Pelotas e ao PROEXT-PG. As extensionistas, discentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e do curso de Graduação em Serviço Social, desenvolvem pesquisas voltadas para temas relacionados à questão penitenciária. Importante salientar que o projeto conta também com a participação de um estudante do Mestrado Profissional Saúde e Ciclo Vital e uma estudante do Curso de Odontologia. Sendo uma das propostas do projeto relacionar mais de um programa de Pós-graduação da Universidade, envolvendo desde estudantes da graduação até o pós-doutoramento.

O projeto de extensão tem duração prevista de 24 meses. Possui dois campos temáticos: 1) Organização e fortalecimento dos conselhos da comunidade; 2) Área da saúde dentro dos ambientes prisionais. Nos primeiros 12 meses, ficou acordado que o enfoque seria para o primeiro campo temático e, é sobre esse item que discutiremos neste trabalho. O objetivo principal do projeto é fomentar ações de valorização, qualificação, capacitação e assessoramento de atores e órgãos da Execução Penal — com ênfase em Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade.

2. METODOLOGIA

A primeira reunião do projeto de extensão foi realizada no dia 11 de março de 2024. Nessa ótica foram previstos alguns produtos do projeto, sendo eles:

1) Capacitação: mapeamento de conselhos existentes na região, destacando suas trajetórias e fragilidades; primeira capacitação intitulada “Fortalecendo vínculos: estratégias para Conselhos da Comunidade”, realizado na Universidade Católica de Pelotas”, nos dias 19 e 20 de abril; reuniões de assessoria com atores dos Conselhos da Comunidade para implementação de Leis de Fundos Municipais para Políticas Penais.

2) Eventos: 5º Fórum “Prisão, Universidade e Comunidade” realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 e meta de realizar o 6º Fórum em 2025, com foco em saúde.

3) Cartilhas: Elaboração de duas cartilhas e uma nota técnica. Para elaboração da primeira cartilha foi realizado: análise de banco de dados de legislações já existentes que versam sobre Fundos Municipais.

4) Boletins Técnicos: Enfoque nos conselhos.

Para concretização desse plano de trabalho, foi definida uma equipe fixa para o projeto; a criação de um grupo de *WhatsApp* para comunicação eficiente, bem como uma pasta no *Google Drive* para compartilhamento de documentos relevantes e definição da periodicidade das reuniões. Nesse sentido, as reuniões ocorrem a cada quinze dias, sempre às quartas-feiras, na Universidade Católica de Pelotas. Os encontros possuem como objetivo elaborar e criar metodologias para as atividades, bem como, avaliar e refletir sobre estas. A partir das reuniões são distribuídas tarefas a serem desenvolvidas entre os encontros.

Tanto a capacitação como o Fórum foram articulados com outros setores da sociedade, respectivamente, laboratório de inovação em políticas penais (LABIPP), Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Secretaria dos Sistemas Penal e Socioeducativo, Escola do Serviço Penitenciário, 5^a Delegacia Penitenciária Regional e Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Capacitação

A ação “Fortalecendo vínculos – Curso de Capacitação em Estratégias para Conselhos da Comunidade” fora desenvolvida no mês de abril de 2024, possuindo a carga horária de 12h e tendo como público alvo os membros de Conselhos da Comunidade da Execução Penal da 5^a Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. O objetivo central foi de fortalecimento institucional destes atores para fins de elaboração e execução de Políticas e Serviços Penais.

Durante o curso, os participantes foram incentivados a explorar o papel das políticas sociais no contexto das comunidades locais, entendendo como os conselhos podem inserir-se na implementação de medidas que impactem a população privada de liberdade e egressa de sua comunidade. Por meio de metodologias ativas que favoreceram a troca de conhecimentos e experiências, foram abordadas as particularidades regionais a fim de identificar ferramentas para a gestão de projetos, proporcionando maior flexibilidade e adaptação às necessidades e desafios. Destaca-se, também, a exploração de técnicas e estratégias para captação de recursos financeiros e materiais, fator crucial para a viabilização de projetos e ações dos conselhos, para além de estratégias organizacionais que visam a otimização dos processos internos e garantem uma atuação mais eficiente.

A programação priorizou momentos imersivos nas realidades locais, tendo seu conteúdo estruturado em módulos que exploraram, entre outros temas, uma

radiografia da 5^a Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, o Programa Fazendo Justiça, as Políticas e Serviços Penais e o gerenciamento de projetos. Assim, esta ação proporcionou uma oportunidade significativa de aprendizado e desenvolvimento para os Conselheiros da Comunidade, fortalecendo suas habilidades e conhecimentos para atuarem de forma mais efetiva em suas respectivas regiões.

Eventos

O 5º Fórum “Prisão, Universidade e Comunidade” aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 na modalidade presencial na Universidade Católica de Pelotas e teve como enfoque a valorização dos Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade. Apesar das fortes chuvas que assolaram a região sul no período, o evento foi mantido. Na ocasião, compareceram cerca de 71 pessoas no evento, além de autoridades e palestrantes. Além das palestras, o evento contou com mostras de boas práticas e pesquisas. O público do evento abarcou estudantes da universidade, servidores da SUSEPE, advogados, membros do judiciário, do poder executivo e pesquisadores.

Cartilhas

Para elaboração da cartilha e da nota técnica, foram identificadas e selecionadas vinte e uma leis municipais sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais. A coleta dessas leis seguiu dois métodos principais: a) Consulta ao site do CNJ: A primeira etapa do processo envolveu a busca e a extração de leis municipais diretamente do site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). b) Busca ativa pelos integrantes do grupo de trabalho: paralelamente, uma busca ativa foi realizada pelos membros deste grupo de trabalho, envolvendo a análise de sites de prefeituras, câmaras municipais e outros repositórios digitais que pudessem conter legislações sobre o tema. É importante ressaltar que, mesmo diante dos esforços de pesquisa, as leis coletadas não representam a totalidade das legislações municipais existentes sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais, mas sim uma parcela significativa.

Após a etapa da coleta, transcorreu-se o período de análise das leis. Utilizamos as dimensões elencadas por André Cellard (2012), quais sejam: 1) a análise preliminar (exame); 2) o contexto, o autor e os atores, a autenticidade e a confiabilidade do documento, a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna (crítica do documento). Foram observados os seguintes critérios: ordem cronológica da entrada em vigor; distribuição por ano de criação; os tipos de recursos previstos para utilização dos fundos municipais e composição do conselho gestor.

A partir dessas reflexões, está em fase de elaboração a nota técnica e a cartilha, faltando apenas a publicação. Acredita-se que a divulgação desses materiais técnicos facilite a atuação dos conselhos da comunidade e consequentemente da municipalidade para a criação das legislações sobre o fundo municipal.

Boletins Técnicos

Os Boletins Técnicos constituem-se em um produto simples (até duas páginas), mas que tem grande impacto na comunidade. A ideia é que ele sirva para construção de uma pauta, divulgação científica e disputa política de um campo. Esse boletim é encaminhado para os veículos de imprensa da cidade e região, possibilitando, assim, que as pesquisas sejam debatidas pela sociedade. Até o momento, foi publicado um boletim técnico intitulado “Necessidade de apoio dos

Poderes Públicos aos Conselhos da Comunidade da 5^a Região Penitenciária do RS" em março de 2024, elaborado pelo Professor coordenador do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES

A questão penitenciária é um ponto-chave para compreender nossa sociedade. No entanto, momentos reflexivos sobre o tema ainda são raros em ambientes acadêmicos, especialmente nos quais os atores que trabalham no sistema e a comunidade estão envolvidos. Em outras palavras, existem muitos tabus sobre o tema, bem como armadilhas discursivas corriqueiras do dia a dia. Projetos como o apresentado aqui, visam romper com essas barreiras e propor debates aprofundados, qualificação e valorização dos profissionais e compreensão crítica da realidade prisional no Brasil e, sobretudo, na 5^a Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, além, é claro, de medidas de enfrentamento à realidade.

Nesse sentido, a experiência extensionista proporciona aos estudantes condições de auxiliar na transformação da realidade e qualificação das políticas penais, conectadas aos seus temas de pesquisa, a partir de uma atuação propositiva junto aos atores da realidade local da 5^a Região Penitenciária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Nota Técnica Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais**. Brasília, CNJ, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução N. 488, de 23 de fevereiro de 2023**. Institui a Política Judiciária para o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, 2013.